



## Cultura como mercado de trabalho



GUTO MUNIZ

Grupo Galpão: um reflexo da produção cultural diversificada em Minas Gerais

Considerada pelos estudiosos da chamada economia criativa como importante frente para o desenvolvimento socioeconômico dos países, a cultura representa também

significativo mercado de trabalho para os economistas. Ainda pouco exploradas pela categoria, as oportunidades no setor vão desde a elaboração de projetos de viabilização econômica à captação

de recursos financeiros. As escolas de economia possuem papel fundamental no despertar do jovem economista para esse campo pouco convencional de atuação profissional. • (PÁGINAS 4 E 5)

## Entrevista

Referência internacional em economia criativa, a economista Ana Carla Fonseca, autora do livro *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*, avalia o impacto da criatividade e da cultura no desenvolvimento do país. • (PÁGINA 6)



ARQUIVO / GARIMPO DE SOLUÇÕES

### Gincana Mineira de Economia

A sexta edição da competição já tem data marcada: 28 e 29 de agosto. As duas primeiras duplas colocadas no evento, que acontece em Belo Horizonte, participarão da etapa nacional realizada pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon). • (PÁGINA 2)

### Nova regulamentação

Economistas de todo país esperam comemorar nas próximas semanas parecer positivo da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 658/07, que atualiza a regulamentação da profissão de economista. A aprovação da matéria, que define com mais clareza o campo de atuação da categoria, corrige aspectos fundamentais da legislação, sancionada há 60 anos. • (PÁGINA 3)

Ana Carla Fonseca: “O potencial da cultura é evidente e o desafio é concretizá-lo”

## Atuação profissional em debate

**A**tentos à dinâmica do mercado de trabalho, o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – Corecon-MG debate nesta edição a atuação da categoria na contemporaneidade. A primeira questão diz respeito à modernização da lei que regulamenta a profissão, por meio do Projeto de Lei do Senado nº 658/2007, de autoria do senador Inácio Arruda, em tramitação naquela casa. Com expectativa de aprovação já nas próximas semanas, a atualização proposta contribuirá para a maior inserção do profissional no mercado de trabalho, de maneira efetiva e sustentável e, por isso, possui apoio integral da nossa entidade.

Após o esperado parecer positivo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o texto seguirá para análise na Câmara dos Deputados e para a sanção da presidência. Os detalhes e o andamento da tramitação, o economista registrado pode conferir na matéria *Profissão de economista*

*anseia por modernização* e nas próximas edições do Agenda Econômica. O tema, afinal, merece atenção especial da categoria e será acompanhado de perto pelo Corecon-MG.

O mercado de trabalho do economista, sabemos todos, é diversificado e sua complexidade exige um esforço coletivo contínuo no aprimoramento profissional da categoria. Por isso, a entidade também oferece nesta edição uma reflexão sobre um campo de atuação profissional ainda pouco explorado: o planejamento, execução e acompanhamento de atividades culturais. Além de divulgar uma boa oportunidade de trabalho, o Corecon-MG pretende favorecer o debate sobre como a nossa atuação pode ser potencializada no setor.

Nos últimos anos, vimos amadurecer um modelo de financiamento para a área cultural que exige cada vez mais a presença de um profissional capacitado para o planejamento, a execução e o acompanhamento dos projetos.

Entendemos que o economista reúne todas as habilidades necessárias para tal intento, por incorporar em sua formação conhecimentos tanto da área de gestão quanto da de ciências sociais. Para falar sobre o tema, convidamos os economistas Paulo Brant, que traz na bagagem a experiência e o *know how* de quem já foi presidente do Corecon-MG e secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, e Ana Carla Fonseca, uma das pioneiras no estudo da cultura como base para o desenvolvimento socioeconômico dos países.

Para quem ainda não está no mercado de trabalho, mas se esforçando para chegar lá, o Agenda Econômica apresenta a sexta edição da Gincana Mineira de Economia, realizada anualmente pelo Corecon-MG. A disputa promete mobilizar estudantes de todo o estado e já tem data marcada: dias 28 e 29 de agosto.

Boa leitura!

**Conselho Editorial**

## GINCANA

## Jogo reunirá estudantes em disputa emocionante

**E**studantes de economia já podem reservar a data na agenda. Nos dias 28 e 29 de agosto acontece, em Belo Horizonte, a sexta edição da Gincana Mineira de Economia, organizada pelo Corecon-MG. As inscrições para a disputa, que promete reunir alunos de cursos de economia de todo o estado em um emocionante jogo eletrônico, podem ser realizadas de 2 de junho a 15 de agosto. Em dupla e nos computadores, os participantes deverão solucionar problemas da conjuntura econômica brasileira, conciliando teoria com situações práticas.

Desenvolvido pelo economista Paulo Sandroni, professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo (SP), o jogo tem como pano de fundo a mudança econômica originada pelo Plano Real em 1994, a crise cambial de 1999, passando pela alta dos preços do petróleo a partir de 2006 e pela crise financeira mundial

de 2008. As duas primeiras duplas colocadas na disputa irão participar da etapa nacional realizada pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), em Goiânia (GO), em 4 e 5 de setembro.

### Como participar

Os interessados devem procurar o coordenador do próprio curso, pois ele é o responsável por selecionar a dupla participante da disputa. Os alunos que já quiserem se preparar, podem baixar o simulador do jogo e o regulamento no site da entidade:

[www.portaldoeconomista.org.br](http://www.portaldoeconomista.org.br)



**6ª Gincana  
Mineira de Economia  
2014**

# Profissão de economista anseia por modernização

*Aprovação de projeto de lei do Senado é prioridade para a categoria*

**C**onviver com os percalços de uma regulamentação criada há mais de 60 anos e aguardar a aprovação de uma nova lei que tramita desde 2007, é a realidade dos economistas de todo o Brasil. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 658/07, de autoria do senador Inácio Arruda (PC do B), já em fase avançada de tramitação no Senado Federal, promete ser um marco histórico. “Não tenho dúvidas de que se trata do assunto que mais interessa aos economistas brasileiros na atualidade”, destaca o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Paulo Dantas da Costa.

O Projeto altera a Lei 1.411, sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1951, corrigindo aspectos fundamentais da legislação que não acompanharam a evolução da profissão na sociedade contemporânea. O tema é prioridade para a categoria, que espera comemorar nas próximas semanas o parecer positivo da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, para posterior análise na Câmara dos Deputados, antes da sanção presidencial. Conforme define o autor da proposta, senador Inácio Arruda, “o projeto delinea melhor o campo de atuação desses profissionais, esclarecendo suas atividades privativas e inerentes ao exercício da profissão”.

## Reforço no discurso

Ao prestigiar a cerimônia de posse do Corecon-MG, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas, valeu-se do seu discurso para chamar a atenção sobre a impor-



ALESSANDRO CARVALHO

**Paulo Dantas, presidente do Cofecon**

tância e necessidade do aperfeiçoamento da profissão proposto pelo PLS 658. “Estamos conscientes de que teremos um duro embate com outras profissões que têm uma representação mais forte no legislativo brasileiro, mas não podemos desistir. Temos que avançar e buscar aquilo que entendemos ser o melhor para os economistas do Brasil. No momento é um sonho, mas temos o direito de sonhar”.

Para Paulo Dantas, a aprovação da matéria no Senado Federal será um avanço significativo e motivo de alegria para a categoria, mas não exclui a preocupação do encaminhamento do projeto no âmbito da Câmara Federal.

Na esfera regional, os esforços para a valorização e atualização das atividades profissionais do economista estão também na pauta do dia do Corecon-MG, que apoia integralmente o PLS nº 658/07. “Temos, urgentemente, que reformar nossa legislação, e é isso que estamos fazendo. Os jovens estudantes, e também os economistas já formados, necessitam ter um indicativo mais claro e mais seguro acerca de seu mercado de trabalho”, defende o presidente da entidade, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva.

## Tramitação

Elaborado pelo senador Inácio Arruda, a pedido dos economistas, o PLS nº 658 segue em análise há sete anos, já tendo sido aprovado em duas comissões do Senado Federal: a de Educação, Cultura e Esportes (CE) e a de Assuntos Econômicos (CAE). Arruda explica que, nesse período, o projeto vem recebendo sugestões de alteração pelas forças representativas do Congresso Nacional e também devido às mudanças na correlação de forças da categoria e demais entidades representativas dos economistas e de outras profissões cujas atividades são concorrentes.

Atualmente, o projeto tramita em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relatório já esteve pronto e foi retirado pelo relator, senador João Vicente Claudino (PTB), para analisar emenda do senador Romero Jucá (PMDB). “A expectativa é que seja aprovado nas próximas semanas na CAS”, completa Arruda.

## Atividades privativas

*Entre outras garantias, o Projeto de Lei do Senado nº 658/07 amplia as atividades privativas dos profissionais. Confira a listagem completa:*

- (1) assessoria e consultoria econômico-financeira;
- (2) elaboração de laudos, pareceres e programas de natureza econômico-financeira;
- (3) elaboração e análise de projetos de viabilidade econômico-financeira;
- (4) avaliação econômico-financeira de ativos, tangíveis e intangíveis, e de empresas, inclusive nas ações judiciais de dissolução societária;

- (5) elaboração de orçamentos públicos;
- (6) perícia e assistência técnica judicial e extrajudicial e auditoria de natureza econômico-financeira;
- (7) mediação e arbitragem de natureza econômico-financeira;
- (8) análise e valoração econômico-financeira de impacto ambiental;
- (9) avaliação sobre os impactos econômicos e sociais

- decorrentes da movimentação dos instrumentos desenvolvidos nos mercados financeiro e de capitais;
- (10) elaboração de um plano de negócios, no tocante aos seus aspectos econômicos e financeiros, nos processos de abertura do capital das empresas;
- (11) elaboração de projetos de natureza econômico-financeira em Parcerias Público Privada para todos os fins, inclusive para organismos internacionais.

# Economia da cultura em cena

*Setor desponta como mercado de trabalho para economistas*



GUTO MUNIZ

Companhias mineiras, como os grupos Galpão e Corpo (foto ao lado), contribuem para fazer da cultura um catalisador do desenvolvimento do estado

Uma trupe de atores chega a uma vila isolada. É lá, nesse ambiente regido por um mago e povoado por fantasmas, que os atores devem se apresentar. Uma alegoria sobre o valor do teatro, a fábula escrita por Luigi Pirandello, em 1936, recontada recentemente pelo Grupo Galpão no espetáculo *Os Gigantes da Montanha*, chama a atenção dos espectadores para a importância da cultura e da arte na vida das pessoas. A peça se confunde com a própria história da companhia mi-

neira, que há 30 anos leva o teatro de rua para diversas regiões do país. Tanto o Galpão como outros expoentes mineiros, como o Grupo Corpo, o Primeiro Ato, o Giramundo, simbolizam o potencial artístico do estado a ser empregado em prol do desenvolvimento socioeconômico. "Nossa produção é imensa, riquíssima, diversa e de alta qualidade. O aumento da participação da cultura no Produto Interno Bruto (PIB) do estado é viável e desejável", atesta Paulo Eduardo Rocha Brant, ex-presidente do Corecon-MG

e secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais entre 2008 e 2010.

Discussões mundiais a respeito da chamada economia criativa têm confirmado cada vez mais o setor cultural como nova frente de oportunidade, por sua ampla capacidade de geração de renda e emprego, por seu impacto no desenvolvimento de novas tecnologias e por seus efeitos sociais positivos. Além de bem-estar, seus produtos estimulam a formação do capital humano e reforçam os vínculos sociais e de identidade.

No Brasil, reconhecido por sua diversidade cultural, o crescimento do setor tem sido expressivo, mesmo com valores absolutos modestos, se comparados a outros países, onde as atividades culturais constituem um dos setores mais dinâmicos da economia. Na Espanha, por exemplo, a cultura já é o principal componente do PIB, enquanto em Paris o turismo cultural atrai mais visitantes anualmente do que todos os estados do Brasil juntos.

Para os economistas, o potencial desse setor pode ser encarado como um celeiro de novas oportunidades, especialmente para o mercado de trabalho. "Pode parecer um pouco fora do padrão da atividade do economista, mas é bom lembrar que a indústria da cultura move milhões de dólares em todo o mundo. Só a Lei Rouanet, no ano de 2012, deixou de colocar no mercado R\$ 200 milhões por falta de projetos, que poderiam ter sido desenvolvidos e viabilizados por economistas", destaca o presidente do Corecon-MG, Antonio de Pádua Ubirajara e Silva.

Para Paulo Brant, o mercado pode ser melhor explorado pela categoria, tanto na esfera privada – em que a participação relativa, direta e indireta das atividades culturais no PIB do país tem crescido substantivamente, ano a ano –, quanto na pública. "Existe uma carência de uma abordagem econômica na formulação

das políticas públicas de cultura", lamenta. De acordo com ele, num cenário de escassez de recursos, dramática nas instituições governamentais de cultura, seria fundamental a contribuição da lógica econômica na priorização dos investimentos culturais. Brant classifica a pouca participação da categoria nesse mercado como uma tendência predominante de segmentar as diversas áreas

**“Nossa produção é imensa, riquíssima, diversa e de alta qualidade. O aumento da participação da cultura no Produto Interno Bruto (PIB) do estado é viável e desejável”**

**Paulo Eduardo Rocha Brant,**  
ex-presidente do Corecon-MG

de conhecimento em escaninhos estanques. Brant pondera que “os fenômenos sociais, porém, sabemos todos, são complexos e multifacetados.”

Nesse cenário, as escolas de economia, segundo Antônio de Pádua, possuem fundamental papel de despertar interesse neste mercado pouco convencional. “O economista pode se surpreender quando descobrir que tem muito a contribuir para o setor cultural. As escolas precisam estar atentas a essa possibilidade, já que se trata de um mercado em crescimento”, afirma.

De acordo com Pádua, a contribuição dos economistas também é vantajosa uma vez que poucos profissionais estão preparados para transformar boas ideias em projetos economicamente viáveis. Para ele a categoria possui *expertise* para ajudar os empreendedores da área cultural a enxergar a atividade artística como um negócio. “O economista pode atuar como intermediário entre os artistas e o interesse empresarial. Além de eficiência do ponto de vista da gestão, ele possui formação histórica, sociológica e sensibilidade social para fazer essa ponte”, conclui.

## Protagonismo

*O envolvimento conjunto dos setores público e privado, viabilizando negócios inexplorados e o potencial não-realizado, ainda é um dos desafios que o Brasil tem pela frente para que a cultura se posicione como setor estratégico. Nesse contexto, as entidades representativas também podem somar forças e contribuir para o debate do tema na sociedade. É com essa convicção que o Corecon-MG pretende resgatar o protagonismo da entidade no apoio às atividades culturais do Estado. “Já ocupamos este espaço no passado e precisamos reabrir este canal de diálogo com a sociedade mineira. Queremos atuar como interlocutores entre os economistas registrados e os diversos segmentos culturais de Minas Gerais. A expectativa é a de que iniciativas nessa área cultural também possam aproximar ainda mais o jovem economista do Conselho”, afirma o presidente da entidade, que abraçou o desafio de transformar o Corecon-MG em ponto de cultura do Ministério do Cultura.*



JOSÉ LUIZ PEDERNEIRAS

# Criatividade como base do desenvolvimento

**A** cultura como pilar do desenvolvimento socioeconômico do país. Esse é o foco dos estudos desenvolvidos pela economista Ana Carla Fonseca há mais de uma década. Referência internacional em economia criativa, formada em Administração Pública e doutora em Urbanismo, ela também é sócia-fundadora da Garimpo de Soluções, empresa que desde 2003 impulsiona negócios em torno desse novo conceito, cria conteúdo sobre o tema e presta consultoria para que governos e companhias privadas consigam colocar a teoria em prática. Em entrevista, a autora de livros inovadores no cenário mundial, como *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável* (2006 – Prêmio Jabuti 2007), fala dos principais desafios para o Brasil fazer de sua diversidade cultural um catalisador de transformações econômicas e sociais.

## A cultura pode ser considerada um setor estratégico para o desenvolvimento econômico do país? Por que?

Certamente sim, por uma confluência de fatores: motiva a geração de produtos, serviços e propostas únicos e com valor agregado, em um momento no qual a opção à concorrência por preço é a mesma por diferenciação. Apresenta cadeias longas, com alto potencial de inclusão e não é copiável. O potencial é evidente e o desafio é concretizá-lo, em uma época na qual para muitos a cultura ainda é vista como despesa, não como investimento.

## Esse potencial tem sido mais valorizado?

Temos avançado, mas a passos muito lentos, tanto no próprio meio cultural, quanto especialmente fora dele. Basta constatar a escassez de disciplinas em economia da cultura nas faculdades de economia do país, ainda que eletivas.

## Frente a outros países, como o Brasil se posiciona na utilização da cultura como um instrumento de desenvolvimento?

Há países, como a França, nos quais a cultura é assunto de Estado, desde o século XVIII pelo menos. Outros, como os Estados Unidos, foram referência ao entender o potencial não apenas das indústrias culturais, mas também da arte dos espetáculos e do turismo do entretenimento para desenvolver economias e cidades. E há uma miríade de países nos quais o potencial da cultura como base de desenvolvimento socioeconômico ainda é muito pouco decantado, como no Brasil.

## Não existem muitos dados que mostrem o peso da cultura no PIB brasileiro. Quais as consequências dessa falta?

Na verdade, depois do estudo da Fundação João Pinheiro, difundido em

1997, não foram levantados outros sobre o PIB da Cultura no Brasil. Carecemos também de estudos aprofundados de cadeias, salvo raras e gloriosas exceções, ou ainda de estudos que explicitem a agregação de valor da cultura a setores tradicionais. Essa carência é terrível, pois não ajuda a impulsionar o reconhecimento da cultura também como setor econômico e não permite o diagnóstico e o monitoramento de políticas públicas voltadas aos trabalhadores da cultura.

## Como o Estado pode e deve estimular o potencial ainda não realizado na área cultural?

A meu ver, nossos governos passaram a confundir, ao longo de algumas gestões, instrumentos de política pública com política pública. Estimular um ambiente favorável ao desenvolvimento da cultura como eixo socioeconômico requer, em primeiro lugar, os estudos e estatísticas já comentados. É necessário atuar sobre os gargalos que impedem este potencial de se concretizar – acesso a crédito, facilitação da burocracia de empreendedores, criação de novos canais de distribuição, formulação de marcos regulatórios, dentre outros. Mas os três maiores desafios ultrapassam os limites da cultura – educação, base de tudo; ciência e tecnologia, já que a exclusão digital reforça a exclusão cultural; e articulação entre pastas, uma vez que o desenvolvimento requer uma política integrada.

## Há espaço para os economistas atuarem no setor cultural?

Certamente sim, de econométricos que trabalhem os números da cultura, a peritos em microeconomia que auxiliem instituições e indústrias culturais a compreenderem melhor sua atuação como agentes econômicos; de especialistas em macroeconomia, que

auxiliem a formulação de políticas públicas envolvendo cultura e desenvolvimento, a professores que ministrem economia da cultura como disciplina.

## O setor ainda é um mercado de trabalho pouco explorado por eles?

Creio que há muito desconhecimento por parte de nossos colegas economistas. Basta pensar que há menos de dez anos, quando lancei o livro *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*, praticamente não havia bibliografia nacional a respeito. Essa situação ainda é visível não apenas na carência de cursos ou produção acadêmica na área, como também no baixíssimo número de economistas brasileiros filiados à Associação Internacional de Economia da Cultura.



ARQUIVO / GARIMPO DE SOLUÇÕES

# A chancela do economista

**N**a farmácia, um medicamento cujo uso deve se dar sob prescrição médica é fornecido se a receita estiver assinada por médico, inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM). Na prefeitura, obtém-se alvará de reforma ou construção de médio porte, mediante requerimento firmado por engenheiro, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Os livros contábeis de empresas, sociedades simples e associações só são registrados se subscritos por contabilista, indicando seu número no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Nenhum processo judicial tem andamento, exceto alguns casos nos juizados especiais, sem que as partes sejam representadas por advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Esses são alguns exemplos de como a sociedade brasileira, por meio dos legisladores, resolveu cercar-se de garantias para que as atividades e ações que possam ter consequências para a vida – não apenas física, mas também moral e material – sejam vigiadas, em favor de todos. Para isso, foram instituídos os conselhos de profissões regulamentadas, destinados a dar normas, registrar e fiscalizar aqueles que obtiveram a graduação em cursos superiores e que passam de estudantes à vida profissional.

E quais são as atividades e prerrogativas legais do economista? No anexo ao Decreto 31.794, de 17/11/1952, que regulamentou a Lei 1.411, de 13/08/1951, fundante da profissão de economista, consta:

“Art. 3º – A atividade profissional privativa do economista exercita-se, liberalmente ou não, por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer

outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Art. 4º – Os documentos referentes à ação profissional de que trata o Artigo anterior, só terão valor jurídico quando assinados por economista devidamente registrado na forma deste Regulamento.

Art. 7º – É obrigatória a citação do número de registro do economista, no competente CREP, após a assinatura de qualquer trabalho mencionado neste Capítulo.”

Antes de tratar das atividades profissionais privativas do economista – ou seja, o bacharel em Ciências Econômicas inscrito no Conselho Regional de Economia (Corecon) que jurisdiciona sua região – é preciso ressaltar o que prevê o artigo 4º ao anexo do Decreto 31.794. Segundo ele, não há qualquer valor jurídico nos documentos que abordem questões, técnicas ou conteúdo inseridos nos campos de ação e nas atividades privativas de economista, sem que sejam assinados por profissional devidamente registrado em Corecon.

Por quais razões há esse preceito legal? Quanto à natureza jurídica, o motivo é claro: se as atividades previstas no artigo 3º são privativas do economista, nenhum outro profissional pode exercê-las de forma válida. Entretanto, há justificativas objetivas: a complexidade das questões envolvidas e a qualificação do economista para abordá-las. Economistas, afinal, enxergam a floresta, por isso, quando estudarem a árvore, têm condições de olhá-la em seu contexto e horizonte, passado, presente e futuro, causas e consequências.

Ainda é precário o costume cultural de se exigir a intervenção dos economistas em tais trabalhos, mas os motivos são claros em favor de todo o corpo social e, portanto, não devem tardar ações para lembrar aos agentes econômicos de tal disposição legal e lógica.

Nesse aspecto, há muito a caminhar e fazer. A sociedade e a economia, bem como seus agentes, só têm a ganhar com a atuação do economista e sua chancela.

Confira a seguir, alguns exemplos de documentos que devem ser firmados por economistas, sempre mencionando seu número de inscrição no respectivo Corecon (art. 7º. do anexo ao Decreto 31.794):

- Laudos e pareceres periciais tratando de fatos econômicos de qualquer natureza, não apenas de seus registros.

- Laudos, pareceres e relatórios de auditoria econômica e financeira, que abordem o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos privados e públicos, em empresas, sociedades, associações, condomínios etc.

- Laudos e pareceres de avaliação e valoração de bens tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), danos emergentes e lucros cessantes, inclusive no campo ambiental.

- Estudos de viabilidade econômica e financeira e projetos de investimento em empreendimentos, empresas, sociedades simples e associações, sob os aspectos sociais, econômicos, financeiros e seus impactos.

- Planos de recuperação e reestruturação de empresas, nos âmbitos judicial e extrajudicial, porque envolvem questões de mercado, eficiência, pretéritas, presentes e futuras.

- Estudos de impacto econômico e social em ações relativas ao meio ambiente, à mineração, à tecnologia, à qualidade, à inovação, ao turismo, ao esporte, à saúde, à cultura, à educação, aos municípios, às organizações do terceiro setor etc.

- Relatórios de *Due Diligence* para aquisição, fusão e incorporação de empresas, nos seus aspectos econômico-financeiros.

**Pedro Afonso Gomes**

*Economista e presidente eleito do Sindicato dos Economistas de São Paulo (Sindecon-SP)*

# Prateleira



## GUIA BRASILEIRO DE PRODUÇÃO CULTURAL 2013 - 2014

**AUTORES:** Cristiane Olivieri e Edson Natale

**EDITORA:** Sesc SP | **PREÇO:** R\$ 40

Referência para produtores e gestores culturais no Brasil há mais de 20 anos, o Guia Brasileiro de Produção Cultural mostra o caminho para a produção e o desenvolvimento de projetos culturais no país. Além de informações imprescindíveis para o sucesso de qualquer produção artística, esta edição comemorativa apresenta uma seleção de entrevistas com profissionais que possuem ampla experiência na área e que compartilham os percalços e vitórias da carreira.



## INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE - 6ª EDIÇÃO - 2014

**AUTORES:** Barry C. Field e Martha K. Field

**EDITORA:** Mcgraw Hill, 2014 | **PREÇO:** R\$ 87

Problemas de cunho ambiental não são novidade. Hoje, porém, parte da população dos países desenvolvidos começa a se perguntar: qual é a vantagem de uma grande riqueza material à custa da destruição do ecossistema que nos sustenta? O livro de Barry Field e Martha Field procura examinar os difíceis *trade-offs* existentes em todas as questões ambientais, medindo custos e benefícios e discutindo políticas ambientais eficientes e justas. Introdução aos princípios fundamentais da economia ambiental, a obra é indicada para alunos de graduação em economia e cursos afins, como engenharia ambiental, direito ambiental, biologia e administração.



## BRASIL, NOVAS OPORTUNIDADES: ECONOMIA VERDE, PRÉ-SAL, CARRO ELÉTRICO, COPA E OLIMPÍADAS

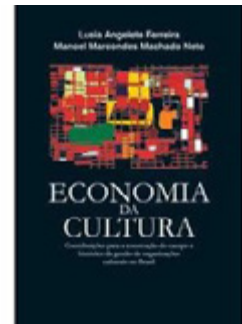
**AUTORES:** João Paulo dos Reis Velloso

**EDITORA:** José Olympio, 2010

**PREÇO:** R\$ 48

Nesta obra, João Paulo dos Reis Velloso reúne 20 ensaios pronunciados pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e procura expor o melhor aproveitamento econômico dos projetos do futuro no país: pré-sal, Copa do Mundo e Olimpíadas. A primeira parte do livro examina essas novas oportunidades, a segunda expõe

as vantagens e desvantagens para grandes e pequenas empresas e a terceira endossa o motivo pelos quais esses projetos são considerados como símbolo de modernidade no país.



## ECONOMIA DA CULTURA - CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO E HISTÓRICO DA GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL - 2011

**AUTORES:** Lusia Angelete Ferreira e Manoel

Marcondes Machado Neto

**EDITORA:** Ciência Moderna, 2011

**PREÇO:** R\$ 80

A partir de um levantamento minucioso realizado pelos autores junto a entidades de renome como Ancine, Fundação Getúlio Vargas, Fundação João Pinheiro, IBGE, Ministério da Cultura, Receita Federal e Tribunal de Contas da União, os autores da obra apresentam um panorama histórico dos últimos 90 anos de gestão da cultura no Brasil, em cinco setores: cinema, livros, museus, teatro e música. Com o cruzamento de informações do período de 1920 a 2010, o livro reuniu dados até então dispersos e de difícil mensuração e aplicabilidade na formulação de políticas de investimento, tanto públicas como privadas, para o setor.



**PRESIDENTE:** Antônio de Pádua Ubirajara e Silva | **VICE-PRESIDENTE:** Pedro Paulo Moreira Pettersen | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Antônio de Pádua Galvão, Cláudio Gontijo, Daniela Almeida Raposo Torres, Frederico Gonzaga Jayme Junior (licenciado), Leonardo Pontes Guerra, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Luiz Cláudio Portela Ferreira e Silvânia Maria Carvalho de Araújo | **CONSELHEIROS SUPLENTE:** Carlos Aníbal Nogueira Costa, Moisés Machado e Raimundo de Sousa Leal Filho | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO:** Cláudio Gontijo | **DELEGADO ELEITOR SUPLENTE:** Pedro Paulo Moreira Pettersen | **DELEGADOS REGIONAIS:** Cássio Silveira da Silva (Uberaba), David Rebelo Fiorito (Poços de Caldas), Douglas dos Santos Barduzzi (Governador Valadares), Evonir Pontes de Oliveira (Viçosa), Jason de Oliveira Duarte (Sete Lagoas), Leonardo Baldez Augusto (Uberlândia), Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha (São João Del Rey), Maria Isabel da Silva Alvim (Juiz de Fora), Maurílio Gomes de Magalhães (Itajubá), Ruperto Benjamin Cabanellas Vega (Itaúna) | **GERENTE-EXECUTIVO:** Loir Vasconcelos



**CONSELHO EDITORIAL:** Antônio de Pádua Galvão, Daniela Almeida Raposo Torres, Leonardo Pontes Guerra e Lourival Batista de Oliveira Júnior

### REDAÇÃO E EDIÇÃO:

Otono Comunicação

**Editores:** Maria Carmen Lopes e Roselena Nicolau

**Colaboradores:** Camila Freitas e Ione Maria Nascimento | **Diagramação:** Erika Tonetti e Esdras Diniz

### CORRESPONDÊNCIA:

Rua Paraíba, nº 777 – Funcionários | CEP: 30130-140 – Belo Horizonte – MG

Tel.: (31) 3261-8127 | [ascm@corecon-mg.org.br](mailto:ascm@corecon-mg.org.br) | [www.portaldoeconomista.org.br](http://www.portaldoeconomista.org.br)

Órgão Informativo do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais